



Às nove horas do dia vinte e oito de janeiro de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES e SÉRGIO LEÃO**; e o Conselheiro Substituto **ALEXANDRE CUNHA**, convocado nos termos da Portaria nº 0099/2016; ausência justificada do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas junto ao TCM-PA, **MARIA INEZ GUEIROS**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocada a Conselheira Substituta **MÁRCIA COSTA** para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 930012007-00; Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte; Prestação de Contas – 2007;** Responsável: José Juraci Linhares de Lima; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 12.151). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda, e da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 500012003-00; Prefeitura Municipal de Nova Timboteua; Prestação de Contas – 2003;** Responsável: Manoel Nogueira de Sousa; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalvas (Resolução nº 12.152). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, e da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 730012011-00; Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas - 2011 - Contas de Governo;** Responsável: Raimundo Freire Noronha; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das



41 contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi
42 colocada **em discussão**. O Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO, em preliminar:** "*pela*
43 *conversão do relatório em Tomada de Contas Especial*". A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,
44 **à unanimidade**, decidiu pela conversão do relatório em Tomada de Contas Especial. Em seguida, o
45 Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO de mérito:** "*pela emissão de parecer prévio pela*
46 *irregularidade das contas, com aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério*
47 *Público Estadual*". A matéria foi colocada **em discussão**. **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves
48 acompanhou o Relator sem a aplicação da multa, seguido pela Conselheira Mara Lúcia, e pelo
49 Conselheiro Antonio José Guimarães. O Conselheiro Cezar Colares acompanhou o Relator, na íntegra.
50 O Conselheiro Daniel Lavareda divergiu do Relator por entender que não cabe ao Tribunal, nesta
51 matéria, emitir parecer prévio, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência
52 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela
53 irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual
54 (Resolução nº 12.153). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencidos os Conselheiros, Daniel
55 Lavareda, Sérgio Leão, Cezar Colares, e o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha. **Processo nº**
56 **730012011-00; Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas –**
57 **2011 - Contas de Gestão;** Responsável: Raimundo Freire Noronha; Instrução: 7ª Controladoria;
58 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado para apresentar proposta de
59 decisão: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no**
60 **DOE nº 33.055, de 25.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
61 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o
62 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
63 **discussão**. O Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO, em preliminar:** "*pela conversão do*
64 *relatório em Tomada de Contas Especial*". A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
65 **unanimidade**, decidiu pela conversão do relatório em Tomada de Contas Especial. Em seguida, o
66 Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO de mérito:** "*pela emissão de parecer prévio pela*
67 *irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao*
68 *Ministério Público Estadual*". A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a
69 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento,
70 aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão
71 nº 28.483). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 730012012-00; Prefeitura**
72 **Municipal de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas – 2012 - Contas de Governo;**
73 Responsável: Raimundo Freire Noronha; Instrução 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora
74 Maria Inez Gueiros; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto
75 Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.055, de**
76 **25.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
77 dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o
78 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
79 **discussão**. O Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO, em preliminar:** "*pela conversão do*
80 *relatório em Tomada de Contas Especial*". A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**



81 **unanimidade**, decidiu pela conversão do relatório em Tomada de Contas Especial. Em seguida, o
82 Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO de mérito**: "*pela emissão de parecer prévio pela*
83 *irregularidade das contas, com aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério*
84 *Público Estadual*". A matéria foi colocada **em discussão**. **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves
85 acompanhou o Relator sem a aplicação da multa, seguido pela Conselheira Mara Lúcia, e pelo
86 Conselheiro Antonio José Guimarães. O Conselheiro Cezar Colares acompanhou o Relator, na íntegra.
87 O Conselheiro Daniel Lavareda divergiu do Relator por entender que não cabe ao Tribunal, nesta
88 matéria, emitir parecer prévio, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência
89 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela
90 irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual
91 (Resolução nº 12.154). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencidos os Conselheiros, Daniel
92 Lavareda, Sérgio Leão, Cezar Colares, e o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha. **Processo nº**
93 **730012012-00; Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas –**
94 **2012 - Contas de Gestão**; Responsável: Raimundo Freire Noronha; Instrução: 7ª Controladoria;
95 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado para apresentar proposta de
96 decisão: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no**
97 **DOE nº 33.055, de 25.01.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
98 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o
99 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
100 **discussão**. O Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO, em preliminar**: "*pela conversão do relatório*
101 *em Tomada de Contas Especial*". A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
102 decidiu pela conversão do relatório em Tomada de Contas Especial. Em seguida, o Conselheiro
103 substituto proferiu seu **VOTO de mérito**: "*pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas,*
104 *com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*".
105 A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
106 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e
107 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.484). Presidência
108 do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 890022013-00; Câmara Municipal de Bom Jesus**
109 **do Tocantins; Prestação de Contas – 2013**; Responsável: Reinaldo Alves da Silva; Instrução 4ª
110 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio
111 José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016**. Cumprindo dispositivo
112 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
113 regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa. A matéria foi colocada **em**
114 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
115 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de
116 multa (Acórdão nº 28.485). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 740022007-**
117 **00; Câmara Municipal de São Caetano de Odivelas; Prestação de Contas – 2007;**
118 **Responsável: Severiano Batista das Chagas Filho; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público:**
119 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora convocado para apresentar proposta de decisão:**
120 **Conselheira Substituta Márcia Costa (Conselheiro Aloísio Chaves); Publicado no DOE nº 33.055,**



de 25.01.2016. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Substituta apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas. **Por maioria**: com aplicação de multas (Acórdão nº 28.486). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da aplicação das multas.

Processo nº 1410162013-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Quatipuru; Prestação de Contas – 2013; Responsável: Gessiane Souza dos Santos de Brito (01.01 a 25.10.2013) e Vanessa Lisboa dos Santos (26.10 a 31.12.2013); Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade, com ressalvas, e aplicação de multa, das contas de responsabilidade de Vanessa Lisboa dos Santos; e pela irregularidade das contas de responsabilidade de Gessiane Souza dos Santos de Brito, com recolhimento, aplicação e multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.487). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1402012013-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Placas; Prestação de Contas – 2013**; Responsável: Edina Ribeiro Alves; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa (Acórdão nº 28.488). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 734152011-00; FUNDEB de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas – 2011; Imputação de Débito**; Responsável: Raimundo Freire Noronha; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO, em preliminar**: "pela conversão do relatório em Tomada de Contas Especial". A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela conversão do relatório em Tomada de Contas Especial. Em seguida, o Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO de mérito**: "pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual". A



matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.489). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 733972011-00; Instituto de Previdência do Município de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas – 2011 - Imputação de Débito**; Responsável: Raimundo Freire Noronha; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO, em preliminar**: *"pela conversão do relatório em Tomada de Contas Especial"*. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela conversão do relatório em Tomada de Contas Especial. Em seguida, o Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO de mérito**: *"pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual"*. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.490). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 733972012-00; Instituto de Previdência do Município de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas – 2012 - Imputação de Débito**; Responsável: Raimundo Freire Noronha; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO, em preliminar**: *"pela conversão do relatório em Tomada de Contas Especial"*. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela conversão do relatório em Tomada de Contas Especial. Em seguida, o Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO de mérito**: *"pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual"*. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.491). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 730042011-00; SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas – 2011 - Imputação de Débito**; Responsável: Raimundo Freire Noronha; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO, em**



201 **preliminar:** *"pela conversão do relatório em Tomada de Contas Especial"*. A Presidência proclamou a
202 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela conversão do relatório em Tomada de Contas
203 Especial. Em seguida, o Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO de mérito:** *"pela irregularidade das*
204 *contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público*
205 *Estadual"*. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
206 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e
207 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.492). Presidência
208 do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 730042012-00; SAAE - Serviço Autônomo de**
209 **Água e Esgoto do Município de Santo Antônio do Tauá - Prestação de Contas - 2012 -**
210 **Imputação de Débito;** Responsável: Raimundo Freire Noronha; Instrução: 7ª Controladoria;
211 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre
212 Cunha; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
213 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das
214 contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi
215 colocada **em discussão**. O Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO, em preliminar:** *"pela*
216 *conversão do relatório em Tomada de Contas Especial"*. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,
217 **à unanimidade**, decidiu pela conversão do relatório em Tomada de Contas Especial. Em seguida, o
218 Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO de mérito:** *"pela irregularidade das contas, com*
219 *recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual"*. A
220 matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
221 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e
222 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.493). Presidência
223 do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201309292-00; Grupo Sócio Cultural Boto Tucuxi**
224 **de Santarém; Prestação de Contas - Convênio nº 007/2012, celebrado com a Prefeitura**
225 **Municipal de Santarém, através da Secretaria Municipal de Cultura;** Responsável: Zilma Sebastiana
226 Sardinha Sá; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;
227 Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016.** Cumprindo
228 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
229 pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu
230 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
231 regularidade das contas, com ressalvas, aplicação de multa, e recomendações constantes no voto da
232 Relatora (Acórdão nº 28.494). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da
233 votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201313811-00; IPAMB de Belém;**
234 **Aposentadoria** - Portaria nº 1.022/2013, de 05.08.13; Interessada: Jacira Machado Freire;
235 Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda;
236 **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016.** Retirado de pauta. **Processo nº 201407529-**
237 **00; IPAMB dr Belém; Aposentadoria** - Portaria nº 0540/2014, de 14.04.14; Interessado:
238 Luizileno Miranda Alves; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro
239 Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016.** Cumprindo dispositivo
240 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro



do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.495). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201407975-00; IPAMB de Belém; Aposentadoria** - Portaria nº 0552/2014, de 14.04.14; Interessada: Maria Helena Trindade Coutinho; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.496). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201316696-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município - ALTAPREV de Altamira; Aposentadoria** - Resolução nº 019/2015, de 01.06.15; Interessada: Maria das Dores de Freitas Dantas; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.497). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201404661-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ALTAPREV de Altamira; Aposentadoria** - Resolução nº 023/2015, de 01.06.15; Interessada: Deijanira Maria Silva Fernandes; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.498). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201214046-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre; Aposentadoria** - Portaria nº 041/2012, de 05.07.2012; Interessado: Vicente Conceição Araújo; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.499). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201214058-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre; Aposentadoria** - Portaria - nº 056/2012; Interessada: Francisca da Silva Dantas; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.500). Presidência do Conselheiro Cezar



Colares. **Processo nº 201311998-00; IPASEMAR - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá; Aposentadoria** - Portaria nº 090/13, de 03.06.13; Interessada: Marilene Cirqueira Rodrigues; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.501). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201312126-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Soure; Aposentadoria; Interessado: Virgílio Dias Vitelli; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.502). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201321410-00; Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos de Cachoeira do Arari; Pensão; Interessada: Terezinha de Jesus e Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.503). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201219879-00; Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos de Cachoeira do Arari; Aposentadoria** - Portaria nº 017, de 25/11/2014; Interessada: Odalcinea Figueiredo de Azevedo; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora convocada para apresentar proposta de decisão: Conselheira Substituta Márcia Costa (Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Substituta apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.504). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201514392-00; Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins; Subsídio** - Lei nº 374/2012, de 28.11.2012, que fixa os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários do Município; Interessado: Sidney Moreira de Souza; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.055, de 25.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com aplicação de multa, e recomendações constantes no voto (Resolução nº 12.155). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **MATÉRIA**



ADMINISTRATIVA: a Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra e fez a leitura do “Relatório Circunstanciado das Atividades da Ouvidoria”, no ano de 2015. O Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra e parabenizou a Conselheira Mara Lúcia pela atenção despendida a frente da Ouvidoria. Em seguida, apresentou ao Plenário a proposta de Instrução Normativa que “regulamenta a implantação e o funcionamento do Diário Oficial eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/Pa”. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da proposta de Instrução Normativa apresentada. Em ato contínuo, submeteu a apreciação do Plenário a proposta de Resolução que “aprova o manual denominado Contas Públicas e outros procedimentos no último ano de mandato: orientação aos Gestores Públicos Municipais”. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da proposta de Resolução apresentada. Após, comunicou ao Plenário que o Ministério do Planejamento encaminhou ao TCM um pedido de providências, oriundo do Ministério Público Federal, para que o Tribunal adote os procedimentos necessários para o bloqueio das transferências voluntárias aos Municípios de Tucuruí, Breu Branco, Goianésia, Jacundá, Novo Repartimento, Pacajá e Tailândia, em razão da falta de cumprimento à Lei de Acesso à Informação – LAI, segundo o levantamento por eles realizado nos municípios do Estado do Pará. O Conselheiro Cezar Colares, sobre o assunto, anunciou que o TCM aderiu ao acordo de cooperação celebrado entre a CGU, ATRICON, Instituto Rui Barbosa (IRB), e Ministério do Planejamento de Gestão para fomentar a aplicação das diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à transparência da gestão pública, que prevê o intercâmbio de informações sobre o cumprimento, por parte dos municípios, dos dispositivos da LRF e a criação de funcionalidade no Portal de Convênios do Governo Federal, permitindo que os Tribunais de Contas insiram diretamente, neste Portal, informações sobre o descumprimento dos mencionados dispositivos. Também realizou convênio com algumas entidades locais, como a UFPA e Ministério Público, que desenvolvem o Projeto de Extensão intitulado “Portais da Transparência dos Municípios Paraenses: o cenário atual”. Em razão da importância do tema, o Conselheiro noticiou que o assunto será abordado no próximo encontro “TCM com Controle Interno”, onde estarão presentes Prefeitos e Presidentes de Câmara, momento em que o Tribunal orientará sobre o tema. Após, o Conselheiro Cezar Colares informou que o Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Pará aprovou, por unanimidade, na terça-feira, dia 26 de janeiro, a alteração do prazo para apresentação das prestações de contas da Administração Direta do Poder Executivo, e dos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público do Estado, para até o dia 31 de março do ano subsequente. Por fim, comunicou que o Tribunal recebeu do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para assinatura, o Convênio que habilita a Instituição a realizar auditorias nos contratos de empréstimos e convênios de cooperação técnica, celebrados entre o BID e os municípios paraenses e suas respectivas entidades controladas. Com a assinatura, o Tribunal se compromete a seguir as normas de auditoria estabelecidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), além de manter profissionais capacitados para o acompanhamento dos projetos financiados por organismos multilaterais e colaboradores em geral. Por sua vez, o BID comprometeu-se a capacitar a equipe do TCM em Auditoria, Demonstrações



361 Financeiras e Desembolsos. O protocolo de entendimentos contemplará ainda produções de manuais
362 de auditoria governamental, auditoria operacional, auditoria de obras públicas, auditoria de
363 tecnologia de informação, além da normatização do relatório eletrônico integrado - REI (versão 2.0)
364 auditorias nos contratos de empréstimos e convênios de cooperação técnica, celebrados entre o BID
365 e os municípios paraenses e suas respectivas entidades controladas. O Conselheiro Daniel Lavareda
366 pediu a palavra e agradeceu os Conselheiros pela gentileza com que trataram o levantamento de
367 estoque realizado pela Corregedoria. Em seguida, pontuou a necessidade de ser efetuada a revisão
368 da tabela de riscos e relevância dos municípios, constantes na Resolução nº 11.409/2014/TCM-Pa,
369 em razão do volume de processos levantados. Em seguida, comunicou que encaminhará aos
370 Gabinetes dos Conselheiros a Resolução que estabelece os procedimentos para o encaminhamento
371 dos processos de controle externo no TCM, para apreciação urgente da matéria, face a necessidade
372 de validação do fluxograma que está sendo implementado. Por fim, demonstrou preocupação quanto
373 a política de segurança eletrônica no Tribunal, por conta da implantação do Sistema de Processo
374 Eletrônico – SPE-TCM. O Conselheiro Cezar Colares respondeu que o processo encontra-se já em
375 fase de licitação, e que o projeto do TCM compreende três etapas: a primeira, a contratação da
376 INFOX, que já foi realizada; a segunda, a relativa a segurança eletrônica; e a terceira, a aquisição de
377 equipamento. Após, o Conselheiro Aloísio Chaves pediu a palavra e solicitou que a Secretaria
378 proceda a compilação dos últimos Atos Normativos expedidos pelo Tribunal. O Conselheiro Cezar
379 Colares sugeriu que fosse realizado, inicialmente, o dos últimos dois anos. Presidência do
380 Conselheiro Cezar Colares. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS**
381 **e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e trinta
382 e três minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

383 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e oito de janeiro
384 de dois mil e dezesseis.

Visto:

Hilda Maria Zahluth Centeno Normando
Secretária Geral, em exercício

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Presidente da Sessão

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão